

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 14, Número 1, Abril de 2025

TRADUÇÕES

Quando a maioria deve governar?

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt

A era de contrarreforma da China

Carl Minzner

O México está à beira do autoritarismo?

*Azul A. Aguiar Aguiar, Rodrigo Castro Cornejo e
Alejandro Monsiváis-Carrillo*

Crise climática: Resistindo à tentação autoritária

Nomi Claire Lazar e Jeremy Wallace

**Crise climática: Uma estranha defesa
da governança democrática**

Elisabeth Ellis

ARTIGOS INÉDITOS

Uma *nova ordem* global nas políticas digitais?

Francisco Brito Cruz e Danyelle Reis Carvalho

**Os cinquenta anos das relações do Brasil com a África
lusófona: Política, democracia e direitos humanos**

Danilo Marcondes

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Sorj

Sergio Fausto

TRADUÇÃO Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA Otávio Dias

Beatriz Kipnis

REVISÃO DE DIAGRAMAÇÃO Felipe Martins

DIAGRAMAÇÃO Lisia Lemes / Lilemes Comunicação

Journal of Democracy em Português, Volume 14,

Número 1, São Paulo, Abril de 2025

Plataforma Democrática

ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso

Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000

www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br



São Paulo (Sede)

Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro

São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000

tel: +55 (11) 3359-5000

contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente, sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte, sob a condição de que sejam devidamente indicados a publicação de origem e seu autor.

Os cinquenta anos das relações do Brasil com a África lusófona: Política, democracia e direitos humanos¹

Danilo Marcondes

Danilo Marcondes é Professor do Magistério Superior Federal na Escola de Guerra Naval (EGN) e Pesquisador Sênior do Núcleo África do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Bolsista de Produtividade e Pesquisa do CNPq e Bolsista Jovem Cientista da FAPERJ, é autor de capítulos e artigos sobre as relações Brasil-África. Concluiu doutorado pela University of Cambridge sobre o tema da cooperação brasileira em Moçambique.

Introdução

No ano de 2025, celebra-se o cinquentenário do reconhecimento da independência e do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e as ex-colônias portuguesas no continente africano: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, identificadas como os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

1. As opiniões expressas no artigo são de exclusiva responsabilidade do autor, não coincidindo, necessariamente, com as posições das instituições às quais o autor está vinculado.

(PALOPs).² Diante da impossibilidade de abordar o relacionamento do Brasil com todos os PALOPs, o presente artigo discutirá o relacionamento brasileiro com Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

A escolha desses três países ocorre pelo dinamismo das relações, pelas especificidades dos processos de reconhecimento da independência de cada um deles e pela evolução da relação bilateral nas últimas cinco décadas. A escolha também apresenta uma oportunidade de explorar os desafios e as oportunidades associadas ao apoio à democracia e aos direitos humanos no contexto das relações bilaterais entre o Brasil e os países do continente africano.

O presente artigo foi desenvolvido a partir de fontes secundárias e fontes primárias, incluindo a correspondência diplomática trocada entre a Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (SERE) e as embaixadas brasileiras (Brasemb) em Bissau, Luanda e Maputo. Além da presente introdução, o artigo conta com uma seção que apresenta um resgate histórico sobre a atuação brasileira no contexto da independência dos três PALOPs e uma seção para cada um dos três Estados africanos selecionados. O artigo termina com uma conclusão.

O Brasil e o reconhecimento das independências

O processo de descolonização das colônias portuguesas no continente africano ocorreu durante o período da Guerra Fria e foi impactado por dinâmicas específicas do contexto africano (por exemplo, a existência do regime do apartheid na África do Sul), assim como acontecimentos políticos externos ao continente (como a derrocada do regime salazarista em Portugal e a Revolução dos Cravos, em abril de 1974).

2. A Guiné Equatorial, uma ex-colônia espanhola, adotou o português como uma das suas três línguas oficiais em 20 de julho de 2010. O país foi admitido como Estado-membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 2014.

Para o Brasil, que vivia sob regime autoritário na década de 1970, a atuação dos movimentos de libertação nos três países também trouxe desafios. Além disso, o Brasil, que buscava a sua inserção internacional em um contexto global bipolar e complexo, era influenciado pelas relações historicamente fraternas com Portugal (Cervo, 2000).

No caso da Guiné-Bissau, o reconhecimento da independência por parte do Brasil ocorreu vinculado a um aspecto multilateral, o apoio brasileiro à admissão do recém-independente Estado africano na Organização das Nações Unidas (ONU).³ O Brasil reconheceu a independência de Guiné-Bissau em 16 de julho de 1974, antes mesmo que Portugal a reconhecesse, e sem fazer uma consulta prévia ao governo português.⁴

A decisão de reconhecer a independência de Guiné-Bissau já sinalizava a mudança na política externa brasileira no período, com a adoção de um “pragmatismo ecumênico e responsável” como forma de reorientar as relações internacionais do Brasil (Spektor, 2004). Tal mudança tinha impacto especialmente nas relações com o então chamado Terceiro Mundo, agrupamento heterogêneo de países que incluía Estados latino-americanos e caribenhos, asiáticos e africanos.

Um marco da mudança de orientação da política externa brasileira para o continente africano pode ser identificado no rápido reconhecimento da independência de Angola pelo governo brasileiro, em 1975, ocorrida no mesmo dia em que ela foi proclamada por Antônio

3. 'Brasil reconhece Guiné-Bissau como um país independente' Folha de São Paulo, 19 de julho de 1974. <https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2024/07/1974-brasil-reconhece-guine-bissau-como-um-pais-independente.shtml#:~:text=1974%3A%20Brasil%20reconhece%20Guin%C3%A9%20Bissau%20como%20um%20pa%C3%ADs%20independente&text=O%20governo%20brasileiro%20divulgou%20que,um%20pa%C3%ADs%20independente%20de%20Portugal.>

4. No caso da Guiné-Bissau, Portugal reconheceu a independência de sua antiga colônia em 10 de setembro de 1974.

Agostinho Neto.⁵ Com a independência, o governo angolano passaria a ser exercido pelo Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), de inspiração marxista, o que gerou repercussões políticas no Brasil sob regime militar. O reconhecimento da independência de Angola, assim como o estabelecimento de relações com a República Popular da China, foi uma das iniciativas de política externa criticadas pelo General Sylvio Frota, quando da sua demissão do cargo de Ministro do Exército em 1977, após ser derrotado em uma disputa dentro do Exército com o então Presidente Ernesto Geisel (Frota, 2006).

No caso moçambicano, observa-se um contraste em relação à rapidez do reconhecimento da independência angolana. Enquanto o Brasil foi a primeira nação a reconhecer a independência de Angola, o país foi o trigésimo nono a reconhecer a independência moçambicana, o que ocorreu em 15 de novembro de 1975, quase cinco meses após Moçambique se declarar independente. Nas palavras de um ex-diplomata brasileiro que serviu em Moçambique, “fato que durante muitos anos seria lembrado com amargura pelos moçambicanos” (Wolowski, 1996, p. 38). No momento da independência, em 25 de junho de 1975, Samora Machel, líder da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e primeiro presidente moçambicano, afirmou aos representantes brasileiros: “Vocês não estiveram do nosso lado, ainda que a sociedade brasileira estivesse.”⁶

Nos primeiros anos após a independência, Moçambique abrigou muitos exilados do regime militar brasileiro que atuaram como cooperantes⁷ no país, o que também contribuiu para que as relações bila-

5. Para um relato por parte de diplomata brasileiro diretamente envolvido no reconhecimento da independência angolana, ver: Melo (2009).

6. Palavras do Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Subsecretário-Geral Político III, ‘Palestra de Abertura’, II Curso para Diplomatas Africanos. Brasília, FUNAG, 2012, p. 33.

7. Segundo Azevedo (2012, p. 472): “‘Cooperante internacional’ ou, simplesmente, ‘cooperante’ era o termo utilizado pela República Popular de Moçambique para se referir aos estrangeiros que ocupavam os postos, serviços e quadros funcionais deixados vagos pelo êxodo dos ex-colonos.”

terais de caráter oficial demorassem a evoluir. A “frieza” das relações oficiais no período pós-independência fica ainda mais evidente quando comparada com iniciativas fora do campo diplomático oficial. Por exemplo, uma comitiva do Partido Comunista Brasileiro (PCB), liderada pelo Secretário-Geral Luís Carlos Prestes, visitou Moçambique a convite de Samora Machel, entre junho e julho de 1977 (Massena, 2009). No campo da diplomacia oficial, foi só em 1980 que ocorreu a primeira visita de um chanceler brasileiro a Moçambique, quando o Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro visitou o país como parte de uma visita mais ampla ao Sudoeste Africano, que incluiu, além de Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue e Angola (Santos, 2014).

Para entender as diferenças da postura brasileira no caso dos processos de independência de Angola e de Moçambique, é preciso olhar para as circunstâncias específicas de cada país. Em Angola, o MPLA era um de três movimentos lutando contra o colonialismo português, enquanto a FRELIMO era o único movimento no contexto moçambicano, o que fez com que não houvesse uma necessidade de se garantir o apoio brasileiro. Marcelino dos Santos, um dos fundadores da FRELIMO, afirmou que os moçambicanos: “não estavam acostumados a considerar o Brasil como amigo” (Santos apud Santos, 2014, p. 299).

As relações com Angola

As relações com Angola desenvolveram-se a partir de vínculos históricos associados às relações culturais e comerciais estabelecidas no período colonial, o fluxo de escravizados e a proximidade geográfica proporcionada pelo Atlântico Sul. A guerra civil pós-independência e a rivalidade entre o MPLA e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) exigiram atenção especial das autoridades brasileiras, sobretudo devido à atuação de empresas brasileiras em

Angola, principalmente a Odebrecht (Alencastro, 2020), e pela exportação de petróleo angolano para o Brasil.

Ao final da década de 1990, o Brasil adotou postura mais crítica em relação à posição da UNITA nas negociações de paz. Por exemplo, ao apresentar a política externa brasileira para o continente africano, e ao conferir destaque ao relacionamento com Angola, o diretor-geral do Departamento de África e Oriente Próximo do Itamaraty pontuou:

“A ação diplomática brasileira baseia-se no diagnóstico de que o principal responsável pelo fracasso do Protocolo de Lusaka foi Savimbi. Cabe responsabilizá-lo por sua rebeldia. O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) não pode mais deliberar sobre o assunto com base em uma premissa de equidistância entre as partes. Para preservar a própria autoridade do Conselho, é necessário manter a questão na ordem do dia e aumentar as pressões no sentido da plena implementação das sanções” (Pimentel, 2000).

O fato de o Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer a independência de Angola gerou um capital político-diplomático que é mobilizado até hoje nas relações bilaterais.

O fato de o Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer a independência de Angola gerou um capital político-diplomático que é mobilizado até hoje nas relações bilaterais⁸, tanto da parte brasileira, como exemplo da importância conferida à Angola, quanto da parte angolana, em agradecimento ao imediato

reconhecimento. Em 2003, ao se reportar a Brasília sobre a relação bilateral, o embaixador do Brasil em Luanda afirmou “é Angola o país

8. Por exemplo, mensagem enviada em novembro de 2020 pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil para o Ministro das Relações Exteriores de Angola por conta das celebrações dos 45 anos de independência de Angola e do estabelecimento de relações bilaterais mencionava: “O Brasil orgulha-se de ter sido o primeiro país no mundo a reconhecer a independência de Angola”. Despacho telegráfico 323 da SERE para Brasemb Luanda, 11 de novembro de 2020.

lusófono com o qual mantemos laços mais intensos, dinâmicos e sensíveis”.⁹ A afirmação de uma especificidade na relação com o Brasil também é reconhecida pelas lideranças angolanas. Em entrevista em 2013, o Presidente José Eduardo dos Santos afirmou que:

“As relações com o Brasil são de outra natureza. Tivemos o mesmo colonizador, muitos angolanos foram levados como escravos e contribuíram para a formação da população brasileira. Com o Brasil temos relações de amizade e os laços econômicos estão presentes em vários setores”¹⁰

Em período recente, o convite feito pelo Brasil, no contexto da presidência do G-20 em 2024, permitiu a participação angolana nos eventos do G-20, sinalizando a importância conferida a Angola por parte do Brasil.¹¹

Para além das relações diplomáticas e econômicas, é importante destacar o aspecto humano e social da relação bilateral. Os angolanos constituíram o maior fluxo de refugiados recebidos no Brasil da década de 1990 até 2004. A situação só foi se modificando com o processo que levou ao encerramento da guerra civil angolana (1975-2002) e com o surgimento de outras situações de conflito no mundo. Por exemplo, entre 1998 e 2006 houve um declínio do número de refugiados angolanos no Brasil. Entre 2007 e 2017, os sírios passaram a constituir a maior comunidade de refugiados no país, com o número de refugiados angolanos reduzido a 1%.¹²

9. Telegrama 184 de Brasemb Luanda para a SERE, 17 de março de 2003.

10. A entrevista foi concedida pelo Presidente José Eduardo dos Santos ao canal de televisão português SIC e veiculada na noite do dia 6 de junho de 2013. Telegrama 792 de Brasemb Luanda para a SERE, 10 de junho de 2013.

11. Angola foi um dos oito países convidados pela presidência brasileira como observadores do G-20 em 2024. MRE, ‘NOTA À IMPRENSA Nº 559 Presidência brasileira do G20’, 1 de dezembro de 2023. https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/presidencia-brasileira-do-g20-1

12. Segundo a imprensa especializada: “Tal diminuição deve-se às medidas de repatriação voluntária, concessão de residência permanente ou naturalização, e pela entrada em vigor da

Nas relações entre Brasil e Angola está presente um fator que não se observa nas relações com Guiné-Bissau e Moçambique, que serão tratadas mais adiante no artigo, nem com nenhum outro Estado africano: a presença de uma expressiva comunidade brasileira no país. Cerca de 27.000 brasileiros vivem em Angola, constituindo a maior comunidade brasileira no continente africano (MRE 2023).¹³ Trata-se também da comunidade mais bem organizada em termos de representação. Existe, por exemplo, uma Associação dos Empresários Brasileiros em Angola (AEBRAN). As preocupações com a estabilidade do país por parte das autoridades brasileiras incluem também a segurança da comunidade brasileira residente em Angola.

No que diz respeito aos direitos humanos, destaca-se o papel dos espaços culturais mantidos pelo Brasil em Angola, como o Centro Cultural Brasil-Angola, inaugurado em setembro de 2015. Em 2022, o CCBA, rebatizado de Instituto Guimarães Rosa-Luanda, sediou uma mesa redonda sobre “Desafios e Oportunidades para a comunidade LGBTQIA+”, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Associação Iris, primeira associação LGBT oficialmente reconhecida em Angola.¹⁴

Os acontecimentos políticos em Angola também possuem a capacidade de mobilizar setores da sociedade civil brasileira. Em junho

cláusula de cessação em julho de 2012, medida adotada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) com base na paz e na estabilidade alcançadas na Angola após o término da guerra civil. A cláusula encerrou uma das mais prolongadas situações de refúgio na África e gerou mudanças no perfil de refugiados no Brasil.” Ver: ‘Presença de refugiados angolanos no Brasil carece de atenção em relação a outros fluxos’, *Migra Mundo*, 11 de abril de 2019. <https://migramundo.com/presenca-de-refugiados-angolanos-no-brasil-carece-de-atencao-em-relacao-a-outros-fluxos/>

13. A segunda maior comunidade de brasileiros residentes, localizada na África do Sul, é composta por 3.910 brasileiros, ressaltando o expressivo tamanho da comunidade brasileira em Angola. O quantitativo da comunidade brasileira em Angola levou à abertura de um Consulado-Geral do Brasil em Luanda em 2023.

14. Ver: https://www.instagram.com/igrosa_luanda/p/CcicNZvsdqg/

de 2015, ativistas brasileiros, juntamente com angolanos radicados no Brasil, protestaram contra a prisão, no mesmo mês, de jovens angolanos envolvidos em um grupo de leitura do livro “*Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura — Filosofia política da libertação para Angola*”. A publicação, escrita pelo jornalista angolano Domingos Cruz, também detido, é inspirada nas contribuições do cientista político norte-americano Gene Sharp, referência no campo da resistência não-violenta.¹⁵

Os jovens, incluindo o rapper e ativista Luaty Beirão, foram detidos sob acusação de de conspiração contra o governo. Após uma greve de fome de 36 dias feita por Beirão e intensa pressão internacional, o governo angolano decidiu anistiar os presos em junho de 2016 (Filgueiras, 2016). Beirão esteve no Brasil em 2017 para lançar na Universidade de São Paulo o seu livro “*Sou Eu Mais Livre, Então*” onde registrou a sua experiência na prisão (Lichote, 2017).

Para além dos espaços culturais, é preciso entender também o potencial de cooperação em prol de direitos humanos e democracia desenvolvido pela sociedade civil. Em 2005, representantes da Força Sindical Angolana/Central Sindical (FSA-CS) procuraram a Embaixada do Brasil em Luanda para desenvolverem um programa de cooperação com associações sindicais do Brasil, mencionando especificamente a Central Única dos Trabalhadores e a Central Sindical, com o objetivo de conhecer o funcionamento do movimento sindical no Brasil.¹⁶ Para o contexto angolano, onde o sindicalismo é um fenômeno recente (a própria FSA-CS havia sido criada em fevereiro de 2004), promover um intercâmbio com o consolidado movimento sindical brasileiro permitiria a troca de experiências em prol dos direitos dos trabalhadores.

15. ‘Brasileiros pedem libertação de angolanos presos por ler livro sobre democracia’ Ponte, 20 de outubro de 2015: <https://ponte.org/brasileiros-pedem-libertacao-de-angolanos-presos-por-ler-livro-sobre-democracia/>

16. Telegrama 809 de Brasemb Luanda para a SERE, 29 de novembro de 2005.

Por fim, é importante identificar que a interação bilateral em defesa dos direitos humanos e da democracia nos últimos cinquenta anos não ocorreu apenas como uma via de mão única, em que coube ao Brasil ‘ensinar’ a Angola e aos angolanos como deveriam atuar. Durante o processo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos da ONU realizado em 2017, Angola apresentou recomendações ao Brasil no que diz respeito à importância de “Ratificar o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais [PIDESC]”, “Continuar a melhorar as condições das prisões e reduzir a superlotação” e “Reforçar as políticas públicas para reduzir a falta de moradia e criar condições para o acesso a moradias acessíveis para famílias de renda média e baixa.”¹⁷

As considerações apresentadas acima ilustram a constante evolução do relacionamento bilateral e como os laços históricos foram se transformando em engajamentos contemporâneos, tanto de uma perspectiva diplomática e comercial, como também na dimensão humana, permitindo espaço para um diálogo sobre democracia e direitos humanos.

As relações com a Guiné-Bissau

As relações entre o Brasil e a Guiné-Bissau desenvolveram-se nos primeiros anos após a independência. Guiné-Bissau foi a primeira colônia portuguesa a se declarar independente de Portugal, em 24 de setembro de 1973. Em maio de 1978, durante a visita ao Brasil do então Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, Victor Saúde Maria, foram assinados três acordos importantes: Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, Acordo

17. As recomendações recebidas pelo Brasil na Revisão Periódica Universal estão disponíveis em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/observatorio-parlamentar-da-revisao-periodica-universal-da-onu/as-recomendacoes>

de Comércio e Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica (MRE, 1978, p. 107).

Na década de 1980, a Guiné-Bissau foi um dos países contemplados na primeira visita de um chefe de Estado brasileiro ao continente africano. Em novembro de 1983, o Presidente João Baptista Figueiredo visitou o país, como parte de uma visita que incluiu também Nigéria, Senegal, Argélia e Cabo Verde. No mesmo período, foram oferecidas vagas de formação nas universidades brasileiras por meio dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação e de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG) e em cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAI/SENAC).¹⁸ Em junho de 1988, foi inaugurado, em Bissau, o Centro de Estudos Brasileiros (CEB).

O Brasil também contribuiu com iniciativas de fortalecimento da democracia no país. Em 1991, foi decretado o fim do regime de partido único e as primeiras eleições multipartidárias ocorreram em 1994, com apoio do Brasil, que doou 3.500 urnas eleitorais ao país (Té, 2015).

A guerra civil (junho de 1998 a maio de 1999) foi um período dramático do momento pós-independência na Guiné-Bissau e coincidiu com a presença brasileira como membro não-permanente no Conselho de Segurança da ONU¹⁹, ocasião em que o Presidente Fernando Henrique Cardoso sinalizou a disposição brasileira “para que se dê ênfase especial à África” (Biblioteca da Presidência da República 1997, p. 101). O conflito levou à partida de brasileiros residentes no país²⁰ e mobilizou parte da sociedade brasileira. A Universidade de

18. Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Bissau, em 21 de março de 1983, por ocasião da abertura da III Reunião da Comissão Mista Brasil-Guiné-Bissau. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 36, janeiro, fevereiro e março de 1983. https://funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_36_jan_fev_mar_1983.pdf

19. O Brasil iniciou um mandato de dois anos como membro não-permanente em janeiro de 1998.

20. ‘Dezenas de brasileiros fogem da Guiné-Bissau em navio português’, *Folha de São Paulo*, 12 de junho de 1998. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft12069807.htm>

São Paulo realizou, em 17 de junho de 1998, um Ato Público pela Paz na Guiné-Bissau.²¹

No caso da Guiné-Bissau, a atuação brasileira é marcada pela ênfase na cooperação nas áreas de defesa e segurança como forma de apoiar as instituições e contribuir para a estabilidade do país (Seabra e Marcondes, 2021). Em maio de 2002, o Brasil e a Guiné-Bissau assinaram um plano de cooperação técnico militar de forma a verificar a possibilidade de implantação de uma Missão Militar Brasileira de apoio à instrução.²² Em 2006, Brasil e Guiné-Bissau assinaram um Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa.

A visita do Ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, ao país, em março de 2009, reforçou a cooperação bilateral. A colaboração brasileira, particularmente no treinamento militar e na reforma do setor de segurança, permitiu abordar a necessidade de mudança da mentalidade militar local e a subordinação dos militares ao poder civil. Tal processo foi formulado pensando em duas iniciativas: a capacitação de militares aposentados em atividades civis e a criação de um fundo de pensão para as aposentadorias de militares, de forma a criar incentivos para que eles se retirassem do serviço ativo, dando espaço às novas gerações.²³

Os esforços brasileiros também refletem a preocupação com a segurança no espaço do Atlântico Sul, especialmente devido ao envolvimento de membros das forças de segurança da Guiné-Bissau com a facilitação das atividades do tráfico internacional de drogas entre a América do Sul e a Europa.²⁴

21. 'Suplicy pede restabelecimento da democracia na Guiné-Bissau' Agência Senado, 17 de junho de 1998. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/1998/06/17/suplicy-pede-restabelecimento-da-democracia-na-guine-bissau>

22. Telegram 138 de Brasemb Bissau para a SERE, 3 de abril de 2003.

23. Mensagem 244 do Ministério das Relações Exteriores do Brasil para o Diretor de Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa do Brasil, 6 de abril de 2009.

24. Telegrama 464 de Brasemb Bissau para a SERE, 9 de junho de 2010.

Além da cooperação bilateral em defesa, a atuação brasileira acompanhou os esforços de cooperação da comunidade internacional no país. O Brasil chefiou, desde 2007, a configuração específica sobre Guiné-Bissau da Comissão de Construção da Paz da ONU (*UN Peacebuilding Commission*) (Santos Neves, 2010). Tal posição coloca o Brasil em uma posição qualificada como interlocutor com as autoridades em Bissau, e também como ponte nas articulações da comunidade internacional com o país. Em 2009, o Conselho de Segurança da ONU criou o Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), que já contou com militares brasileiros entre os seus funcionários e que foi chefiado pelo ex-Ministro da Defesa do Brasil, José Viegas Filho, entre maio de 2018 a maio de 2019.

No mesmo ano de 2009, o Brasil iniciou importante projeto de cooperação voltado para a inclusão e ampliação da cidadania na Guiné-Bissau na área de promoção do registro civil de nascimento. No âmbito do projeto, o Brasil recebeu delegação de Guiné-Bissau para se familiarizar com a atuação da Coordenação Geral de Promoção do Registro Civil de Nascimento da Secretaria de Direitos Humanos.²⁵

No entanto, a cooperação prestada pela comunidade internacional não foi suficiente para evitar rupturas na ordem institucional no país. Um dos momentos mais críticos ocorreu em 12 de abril de 2012, com a ocorrência de um golpe, liderado pelo chefe do Estado-Maior General, António Indjai²⁶, e que levou à prisão do Presidente da República interino, Raimundo Pereira, e do primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior. Além da prisão das autoridades, os militares destituíram o parlamento e fecharam o espaço aéreo e marítimo do país. O golpe ocorreu no momento em que Gomes Júnior liderava o segundo turno das eleições presidenciais no país.

25. 'Guiné-Bissau envia missão ao Brasil para conhecer área de registro civil' Arpen SP, 25 de Agosto de 2010. <https://www.arpensp.org.br/noticia/12104>

26. Indjai atuou como Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas da Guiné-Bissau de 2010 a 2014.

O golpe de abril representou um retrocesso para a situação dos direitos humanos no país, especialmente em termos da violência política (ONU Brasil, 2013). O Brasil, que optou por não reconhecer o governo provisório instalado após o golpe, defendeu a criação de um fundo internacional que pudesse viabilizar o pagamento de aposentadorias aos membros das Forças Armadas, de forma a convencê-los a não interferir na vida política do país.²⁷ Em resposta ao golpe de Estado, o Brasil decidiu interromper a participação de estudantes da Guiné-Bissau no Programa Estudante Convênio-Graduação (PEC-G) (Buruti, 2013).

Após as eleições gerais de abril e maio de 2014 que marcaram o retorno do país à democracia, o Brasil optou por normalizar as relações bilaterais. Durante reunião da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), em Lisboa, em maio de 2014, o Ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim, afirmou que “o Brasil está disposto a cooperar no treinamento e na formação dos militares de Guiné-Bissau para auxiliar o país a prover a segurança necessária à sua estabilidade política e a seu desenvolvimento socioeconômico” (Amorim, 2014).

Após novo momento de instabilidade política na Guiné-Bissau em 2015, o Brasil adotou postura diferente daquela decorrente do golpe de abril de 2012. As autoridades brasileiras decidiram não interromper as iniciativas de cooperação:

“O Brasil não considera cabível, contudo, nas atuais circunstâncias e mantido o indispensável respeito às leis do país, suscitar suspensão unilateral de projetos de cooperação - e, em particular, da implementação das decisões da Conferência de Doadores de Bruxelas -como instrumento de pressão sobre as autoridades bissau-guineenses”²⁸

27. ‘Brasil defende fundo para conter golpe na Guiné-Bissau’ O Estado de São Paulo, 23 de abril de 2012. <https://www.estadao.com.br/internacional/brasil-defende-fundo-para-conter-golpe-na-guine-bissau/?srsltid=AfmBOorNZD8Vj2tfxV7QbnpR8K9HWoK9p6fRaj29afOtDgAHiNnLkfSS>

28. Circular telegráfica 98876 de 21 de agosto de 2015.

A atuação brasileira em prol da democracia e dos direitos humanos na Guiné-Bissau é maximizada pela reduzida presença de embaixadas residentes em Bissau, o que eleva o peso da representação brasileira. Por exemplo, no âmbito da CPLP, apenas Angola, Brasil e Portugal possuem embaixadores residentes no país. Os EUA mantêm as relações com Guiné-Bissau por meio da sua embaixada residente em Dakar (Senegal), assim como a maioria dos Estados membros da União Europeia.

Ainda que a reforma do setor de segurança seja um elemento importante no caso da Guiné-Bissau, o Brasil também desenvolveu cooperação no campo dos direitos das pessoas com deficiência. A iniciativa foi desenvolvida em 2019 no âmbito do projeto “Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não Governamentais dos Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência” e incluiu o compartilhamento de informações e experiências em políticas públicas a favor das pessoas com deficiência.²⁹ Projetos como este refletem como a consolidação da democracia e o respeito aos direitos humanos também estão vinculados a iniciativas que promovem maior inclusão na sociedade.

As relações com Moçambique

No período imediato que se seguiu à independência de Moçambique, proclamada em 25 de junho de 1975, as relações entre Brasil e Moçambique foram caracterizadas por uma baixa intensidade. Na década de 1980, ocorreu uma maior aproximação quando o Presidente Samora Machel encontrou o Presidente José Sarney durante a

29. ‘Em Guiné-Bissau, MMFDH debate cooperação para políticas direcionadas a pessoas com deficiência’, Ministério dos Direitos Humanos, 17 de outubro de 2019. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/outubro/em-guine-bissau-mmfdh-debate-cooperacao-para-politicas-direcionadas-a-pessoas-com-deficiencia>

Assembleia Geral da ONU em setembro de 1985 e saudou o retorno da democracia no Brasil (Cortês, 2010). Ao longo da década, e no contexto da guerra civil, o Brasil criticou os ataques conduzidos pela Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO)³⁰, movimento armado de oposição à FRELIMO, e classificou o grupo como “terroristas armados e apoiados pelo exterior”.³¹

O período pós-Guerra Fria permitiu uma maior aproximação entre os dois países. Em 1991, o Presidente Fernando Collor visitou Moçambique como parte de uma visita mais ampla ao Sudoeste Africano, que incluiu também Angola, Zimbábue e Namíbia. A atuação do Brasil como membro não-permanente no Conselho de Segurança da ONU entre janeiro de 1993 e dezembro de 1994 também foi importante do ponto de vista do relacionamento bilateral. Os contatos entre o representante do Brasil na ONU em Nova Iorque e o embaixador do Brasil em Maputo permitiram evitar que o Conselho fizesse alguma condenação radical do governo moçambicano (Wolowski, 1997).

O apoio brasileiro ao governo moçambicano no contexto das negociações de paz³² ofereceu uma redenção à falta de apoio brasileiro no processo de independência e foi reciprocado por Moçambique. Na Assembleia Geral da ONU de 1994, Moçambique foi o primeiro país a declarar oficialmente o apoio a um assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança da ONU (Wolowski, 1997). Em 1998,

30. Criada em 1975 a partir de uma dissidência da FRELIMO, a RENAMO funcionou como um grupo armado de oposição à FRELIMO tendo recebido apoio da Rodésia e da África do Sul. A organização foi convertida em partido político após o acordo de paz de outubro de 1992. Ver: Vines (1991).

31. ‘Comunicado Conjunto Brasil-Zaire, assinado, no Palácio do Planalto, em Brasília, em 17 de fevereiro de 1987, pelos Presidentes José Sarney e Mobutu Sese Kuku N’gbendu Wa Za Banga’. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 52, janeiro, fevereiro e março de 1987.

32. A guerra civil moçambicana durou de 1977 a 1992. Um acordo de paz foi assinado em outubro de 1992 entre a FRELIMO e a RENAMO. Eleições multipartidárias foram realizadas em 1994.

Moçambique abriu uma embaixada residente em Brasília, como parte de um esforço de adensamento das relações bilaterais.

Outros marcos importantes no relacionamento bilateral incluíram a visita a Moçambique do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 2000, para participar da III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, e a visita ao Brasil do Presidente Joaquim Chissano, realizada no ano seguinte.

A visita de Cardoso foi importante devido ao hiato temporal desde a visita anterior do Presidente Collor, realizada em 1991. Na visita, além dos encontros com autoridades moçambicanas, Cardoso manteve encontro com o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, a pedido do político moçambicano. No encontro, Dhlakama mencionou seu entendimento de que “a RENAMO saíra vitoriosa nas últimas eleições presidenciais, não obstante o fato de essa suposta vitória não haver se refletido na contagem oficial dos votos nem em reconhecimento pela Justiça.”³³ A queixa de Dhlakama, em relação às eleições presidenciais de dezembro de 1999, deve ser entendida pelo fato de que, oficialmente, vantagem da FRELIMO foi pequena, com 52,29% dos votos, em relação a 47,71% da RENAMO.³⁴

Durante a conversa com Dhlakama, Cardoso “salientou a importância do papel da oposição dos regimes democráticos (...), elogiou a opção patriótica da RENAMO pela paz, permitindo, em Moçambique, desenvolvimentos políticos que contrastam com a situação em Angola.”³⁵ Cardoso fazia referência à continuidade da guerra civil angolana, que duraria até 2002.

33. Telegrama 640 de Brasemb Maputo para a SERE, 25 de julho de 2000.

34. Para uma análise das dificuldades associadas ao pleito de 1999, ver o documento do Centro Carter sobre o processo: ‘OBSERVING THE 1999 ELECTIONS IN MOZAMBIQUE FINAL REPORT’ Democracy Program, Carter Center, 2000. Disponível em: <https://www.cartercenter.org/documents/280.pdf>

35. Telegrama 640 de Brasemb Maputo para a SERE, 25 de julho de 2000.

Os primeiros anos da década de 2000 marcaram um período de expectativas moçambicanas quanto às possibilidades de parcerias econômicas com o Brasil a fim de reduzir a dependência econômica em relação aos Estados Unidos da América, Portugal e África do Sul.³⁶ Da mesma forma, as autoridades moçambicanas apresentaram expectativas quanto às possibilidades de cooperação provenientes da aproximação com o Brasil.³⁷ Dentro desse contexto, um marco importante ocorreu em maio de 2003, quando da visita do Chanceler Celso Amorim, em preparação à visita do Presidente Luís Inácio Lula da Silva alguns meses depois (novembro 2003).³⁸

A visita de Amorim, a segunda de um chanceler brasileiro após a visita inicial de Saraiva Guerreiro em 1980, serviu para a elaboração de uma ampla agenda de cooperação bilateral, em um período de expansão do portfólio de cooperação técnica Sul-Sul brasileira (Marcondes, 2021). Durante a visita, além dos encontros com diversos ministros moçambicanos e de visita de cortesia ao Presidente da República, Amorim também se encontrou com Afonso Dhlakama, líder da RENAMO.³⁹

A visita do Presidente Lula no primeiro ano da sua presidência constituiu um marco na relação bilateral, e também incluiu uma audiência com o opositorista.⁴⁰ A importância da inclusão de um encontro com Dhlakama havia sido sugerida em julho de 2003 pela Embaixada brasileira em Maputo quando da montagem da programação da visita presidencial.⁴¹ Os encontros com Dhlakama como parte da programa-

36. Telegrama 924 de Brasemb Maputo para a SERE, 26 de outubro de 2000.

37. Telegrama 337 de Brasemb Maputo para a SERE, 25 de maio de 2001.

38. Moçambique foi um dos países contemplados na primeira visita do Presidente Lula ao continente africano.

39. Telegrama 272 de Brasemb Maputo para a SERE, 9 de maio de 2003.

40. Afonso Dhlakama faleceu em 2018.

41. Telegrama 391 de Brasemb Maputo para a SERE, 12 de julho de 2003.

ção das visitas das autoridades brasileiras serviram para apresentar o Brasil como um parceiro disposto a ouvir diferentes representantes do espectro político moçambicano, contemplando também a oposição, apesar da manutenção da continuidade da FRELIMO no poder desde a independência. Em 2011, a Embaixada do Brasil em Maputo identificou que: “A longa permanência da FRELIMO no poder e a percepção de que grupos a ela relacionados são privilegiados na distribuição dos benefícios estatais são potenciais elementos de risco”⁴².

Entre 2013 e 2016, Moçambique viveu um período de instabilidade política.⁴³ Em agosto de 2019, o Presidente de Moçambique e o líder da RENAMO assinaram um novo acordo de paz. As negociações tinham sido iniciadas ainda por Dhlakama, e continuaram após o falecimento do líder rebelde em maio de 2018. O acordo estabeleceu a entrega de armas por parte dos combatentes da RENAMO e incluiu uma anistia a crimes cometidos no conflito entre as forças do governo e os combatentes da RENAMO.⁴⁴

Em 2024, após as eleições presidenciais, o cenário político moçambicano foi marcado por protestos questionando o resultado divulgado pela Comissão Nacional de Eleições em 24 de outubro, com a vitória do candidato da FRELIMO, Daniel Chapo. O resultado foi questionado pela oposição e por manifestações populares, com alegações de fraude. Organizações da sociedade civil moçambicana classificaram as eleições gerais de 9 de outubro como as “mais fraudulentas desde as eleições de 1999” (Curado, 2024). Em relação aos protestos, que foram reprimidos com violência pelas forças policiais,

42. Telegram 466 de Brasemb Maputo para a SERE, 7 de junho de 2011.

43. ‘Oposição anuncia fim de tratado de paz em Moçambique’ BBC, 21 de outubro de 2013. https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/10/131021_mocambique_renamo_paz_guerra_mm

44. ‘Governo de Moçambique assina acordo de paz com a oposição’ G1, 1 de agosto de 2019. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/01/governo-de-mocambique-assina-acordo-de-paz-com-oposicao.ghtml>

o governo brasileiro emitiu nota afirmando que “o Brasil exorta as partes à contenção, de forma a assegurar o exercício pacífico da cidadania no quadro democrático.”⁴⁵

Apesar da distância geográfica, a quantidade de projetos de cooperação implementados faz com que Moçambique seja o maior beneficiário da cooperação brasileira no mundo.

Cabe ressaltar que, assim como no caso de Angola, os atores moçambicanos não permaneceram passivos diante da situação de direitos humanos no Brasil. Durante a análise do Brasil no contexto da Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2022, Moçambique apresentou as seguintes recomendações: “1. Fortalecer medidas

de redução de pobreza e redução dos efeitos da pandemia do COVID-19 na população mais vulnerável e 2. Fortalecer medidas que protejam povos indígenas e de origem africana.”⁴⁶

O relacionamento brasileiro com Moçambique evoluiu rapidamente ao longo dos últimos cinquenta anos, impulsionado pelos interesses econômicos relacionados à exploração de recursos naturais (por exemplo, a mina de carvão em Moatize, na província de Tete) e a localização estratégica do país no Oceano Índico, o que facilita a exportação desses recursos para os mercados na Ásia. A extensa pauta de cooperação técnica permitiu ao Brasil dialogar com Moçambique a

45. ‘Confrontos em Moçambique’ Nota à Imprensa n. 543, 9 de novembro de 2024, Ministério das Relações Exteriores. https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/confrontos-em-mocambique

46. Tradução para o português das recomendações apresentadas originalmente em inglês: “1. To strengthen measures for poverty reduction and mitigate the effects of the covid-19 pandemic on the most vulnerable population; and 2. To reinforce measures to protect people of African descent and indigenous people.” Ver: ‘Statement by H.E. M.r Amadeu da Conceição, Ambassador and Permanent Representative of the Republic of Mozambique to the United Nations Office and other international organizations in Geneva at the 41st session of the UPR Working Group on Brazil’ Geneva, 14 November 2022.

respeito de pautas sociais importantes, como o acesso à saúde. Apesar da distância geográfica, a quantidade de projetos de cooperação implementados faz com que Moçambique seja o maior beneficiário da cooperação brasileira no mundo⁴⁷, e Brasil seja percebido como um parceiro importante no desenvolvimento local.

Conclusão

Ao longo dos últimos cinquenta anos, o Brasil desenvolveu relação diversificada com os PALOPs, principalmente com Angola e Moçambique, com os quais foi estabelecida uma relação político-diplomática e econômica de maior intensidade. Ao longo das últimas décadas, o Brasil conseguiu desenvolver diferentes iniciativas que, direta ou indiretamente, apoiaram os processos de democratização e fortalecimento dos direitos humanos nos seus parceiros africanos de língua portuguesa.

O recebimento de cidadãos provenientes desses países nas universidades públicas e privadas brasileiras pelo Programa Estudantes-Convênio (PEC) permitiu a capacitação de indivíduos para ocuparem posições importantes na vida pública dos seus respectivos países, muitas vezes em cargos da alta administração, como ministros de Estado. Para além do que foi aprendido nas salas de aula, a vivência no Brasil também proporcionou a esses indivíduos um contato com a realidade política brasileira, os desafios diários associados às especificidades do cenário político brasileiro e a manutenção da ordem democrática no país.

Cabe ressaltar que o impacto potencial da atuação brasileira em prol da democracia e dos direitos humanos nos três países mencionados aqui depende da história e do contexto de cada um. Por exemplo, a guerra civil em Angola durou de 1975 a 2002, em Moçambique entre

47. Uma lista detalhada dos projetos de cooperação técnica desenvolvidos pelo Brasil está disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-maputo/cooperacao-brasileira>

1975 e 1992, e em Guiné-Bissau durou apenas entre 1998 e 1999, mas seus efeitos parecem ter sido mais duradouros.

A análise sobre os últimos cinquenta anos de relacionamento bilateral com esses países a partir da perspectiva da promoção dos direitos humanos e da democracia também evidencia a necessidade de incorporação de novas abordagens, tais como a inclusão de compartilhamento de experiências vinculadas à adoção de políticas públicas em prol dos direitos LGBT. O Brasil é membro fundador do *LGBTI Core Group* criado na ONU em 2008, e a experiência brasileira pode apoiar esforços nos PALOPs.⁴⁸

A participação de Cabo Verde e Portugal no *Core Group* pode, no futuro, contribuir para um maior envolvimento de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique com essa agenda. Iniciativas recentes de descriminalização da homossexualidade em Moçambique (2015) e em Angola (2019) sinalizam que há um potencial a ser desenvolvido.

Ainda que exista a intenção e o interesse em iniciativas voltadas para a democracia e os direitos humanos, considerações de caráter prático referentes à alocação dos diplomatas brasileiros no continente africano trazem desafios para o acompanhamento dos cenários políticos e sociais. A reabertura e a inauguração de novos postos diplomáticos na África no início do século 21 não se traduziu em uma valorização da lotação das representações no continente africano (Assis, 2024). A lotação limitada de grande parte das representações diplomáticas brasileiras faz com que diplomatas em determinados postos estejam sobrecarregados devido aos temas diversos relacionados à pauta bilateral. Por exemplo, segundo dados do MRE, no início de 2023, a embaixadora brasileira em Bissau era a única diplomata lotada na representação brasileira.⁴⁹

48. Para os desafios associados aos direitos LGBT no continente africano, ver Assis (2023).

49. A informação pode ser obtida no documento: 'Diplomatas lotados em Postos na África em 30/01/2023' Ministério das Relações Exteriores, Departamento do Serviço Exterior, Setor de Gestão/SGRH. Disponível em: <https://buscalai.cgu.gov.br/PedidosLai/DetallePedido?id=5269564>

Por fim, a reflexão sobre os cinquenta anos do reconhecimento dos PALOPs também aponta para a importância de um aumento do número de atores envolvidos nas pautas bilaterais entre Brasil e África. Por exemplo, a atuação da Frente Parlamentar Mista Brasil-África com Participação Popular de Enfrentamento ao Racismo, lançada em julho de 2015, pode ser mobilizada como um elemento de incentivo à democracia e aos direitos humanos nas relações bilaterais.⁵⁰ Da mesma forma, organizações da sociedade civil devem continuar a desempenhar um papel em prol do intercâmbio de experiências e boas práticas de fortalecimento da democracia e dos direitos humanos no contexto das relações bilaterais.

50. 'Câmara lança frente parlamentar Brasil-África. Comissão terá Participação Popular para enfrentamento ao Racismo', Ministério da Cidadania e dos Direitos Humanos, 14 de julho de 2015. https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/julho/camara-lanca-frente-parlamentar-brasil-africa

Bibliografia

Alencastro, M. (2020). A Odebrecht e a formação do estado angolano. *Novos Estudos CEBRAP*, 39(1), 125-141.

Amorim, C. (2014). As palavras do Ministro da Defesa do Brasil, Embaixador Celso Amorim, na reunião da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), em Lisboa, Portugal, no dia 26 de maio de 2014.

Assis, V. (2024). Itamaraty contraria discurso oficial e esvazia embaixadas na África. *Folha de São Paulo*, 25 de abril de 2024: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/04/itamaraty-esvazia-embaixadas-na-africa-e-contraria-discurso-do-governo-de-reforçar-lacos.shtml>

Assis, V. (2023). Homofobia estatal. Na África, 32 países criminalizam pessoas LGBTQIAP+, e cerco se amplia. *O Globo*, 16 de abril de 2023: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/04/homofobia-estatal-na-africa-32-paises-criminalizam-pessoas-lgbtqiap-e-cerco-se-amplia.ghtml>

Azevedo, D. de L. (2012). Trajetórias militantes: do Brasil a Moçambique nas redes da esquerda internacional. *Etnográfica*, 16(3):461-486.

Biblioteca da Presidência da República (1997). Brinde por ocasião do jantar oferecido ao Presidente da República da Guiné-Bissau, General João Bernardo Vieira, Brasília, 10 de julho de 1997. Palavra do Presidente, Presidência da República Casa Civil Secretaria de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas Coordenação – Geral de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca, 99-101.

Buriti, S. (2013). Programa para estudar no Brasil exclui Guiné-Bissau. *Deutsche Welle*, 28 de maio de 2013. <https://www.dw.com/pt-002/programa-para-estudar-no-brasil-exclui-guin%C3%A9-bissau/audio-16841962>

Cervo, A. L. (2000) *Depois das caravelas: As relações entre Portugal e Brasil:1808-2000.*/Amado Luiz Cervo, José Calvet de Magalhães; Dário Moreira de Castro Alves (organização e apresentação). Brasília: Editora da UnB.

Cortês, O. H. D. G. (2010). A política externa do governo Sarney: O início da reformulação das diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia. Brasília: FUNAG.

Filgueiras, M. (2016). As memórias de cárcere do rapper Luaty Beirão. O Globo, 16 de novembro de 2016. <https://oglobo.globo.com/cultura/as-memorias-de-carcere-do-rapper-luaty-beirao-20420105>

Frota, S. (2006). Ideais traídos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Marcondes, D. (2021) Brazilian health cooperation in Africa: A case study of promoting pharmaceutical production in Mozambique In M. Alencastro, P. Seabra (Eds.) Brazil-Africa relations in the 21st century. From surge to downturn and beyond. Cham: Springer.

Massena, A. P. (2009). Entre Brasil e Moçambique: os caminhos percorridos no exílio. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina*, 20(1):67-91.

Melo, O. de A. (2009). Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty. Relatos de política externa de 1948 até a atualidade. Brasília: FUNAG.

MRE (2023) Comunidades brasileiras no exterior-ano base 2022. Secretaria de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos. Brasília: MRE. <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/BrasileirosnoExterior.pdf>

MRE (1978). Os acordos entre o Brasil e a Guiné-Bissau. Resenha de Política Exterior do Brasil, número 17, abril-maio-junho: https://funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_17_abr_mai_jun_1978.pdf

ONU Brasil (2013). Golpe militar aumentou significativamente violações de direitos humanos na Guiné-Bissau, avalia ONU. ONU Brasil, 12 de julho de 2013: <https://brasil.un.org/pt-br/63196-golpe-militar-aumentou-significativamente-viola%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-humanos-na-guin%C3%A9-bissau>

Neves, G. M. S. (2010). Comissão das Nações Unidas para Consolidação da Paz: Perspectiva brasileira. Brasília: FUNAG.

Pimentel, J. V. de S. (2000). Relações entre o Brasil e a África subsaariana. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43(1), 5-23.

Santos, V. S. (2014). Brasil e Moçambique anos 1974-1986: economia e política externa no diálogo Sul-Sul. *Revista de Ciências Humanas Viçosa*, 14(2): 277-301.

Seabra, P., Marcondes, D. (2021). In and out and out again: The travails of Brazil as a security provider in Africa. In M. Alencastro & P. Seabra (Eds.) *Brazil-Africa relations in the 21st century. From surge to downturn and beyond*. Cham: Springer.

Spektor, M. (2004). Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, 47(2): 191-222.

Té, W. P (2015). *Relações exteriores da Guiné-Bissau: Um estudo das relações bilaterais Guiné-Bissau/Brasil (1974-2014)*. Dissertação (Mestrado) Programa Santiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais. UNESP.

Vines, A. (1991). *RENAMO: Terrorism in Mozambique*. Bloomington: Indiana University Press.

Wolowsky, P. A. V. (1997). *O novo Brasil e o novo Moçambique: a busca de parâmetros de uma parceria sustentável*. Tese, XXXIII Curso de Altos Estudos (CAE). Brasília: Instituto Rio Branco.

Criada em 2007 pela Fundação Fernando Henrique Cardoso e pelo Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, a Plataforma Democrática objetiva fortalecer a cultura e as instituições democráticas no Brasil e na América Latina. Desenvolvemos pesquisas, publicações e seminários sobre as transformações da sociedade e da política na região e no sistema internacional, com foco nos desafios à convivência e à governança democrática. Estimulamos o diálogo entre produtores de conhecimento e diferentes atores sociais e políticos, de modo apartidário. Promovemos o aprendizado democrático da cidadania, fomentando uma cultura cívica que valoriza a argumentação e o pluralismo de pontos de vista.

Conheça nossas publicações mais recentes:

Conexão América Latina:

Ensaio sobre as mudanças políticas, culturais e socioeconômicas que afetam a qualidade da democracia na América Latina, quando não sua própria existência.

<https://plataformademocratica.org/publicacoes/#ConexaoAmericaLatina>

Coleção O estado da democracia:

Livros sobre os desafios da democracia no Brasil e no mundo.

<https://fundacaofhc.org.br/publicacao/nacionalismo-e-democracia-na-europa-e-no-brasil/>

<https://fundacaofhc.org.br/publicacao/desafios-do-sistema-politico-brasileiro/>

<https://fundacaofhc.org.br/publicacao/identidades-e-crise-das-democracias/>

Coleção Corações e Mentes:

Projeto de educação cidadã orientada por valores humanistas e democráticos. Produz textos de acesso gratuito para uso escolar com o objetivo de fortalecer os valores e o exercício da democracia.

<https://coracoesementes.org.br/>